

*Educação*

# MEC descentraliza mais de R\$ 1 bilhão

O ensino fundamental foi escolhido como a principal prioridade das ações do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), apesar de os 30 milhões de alunos da 1<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries pertencerem às redes estaduais e municipais de ensino.

Os recursos alocados no MEC são provenientes de contribuições sociais — salário-educação, impostos e Fundo Social de Emergência (FSE) — e constituem importante fonte de recursos suplementares para os Estados e municípios, que, gradativamente, vão sendo descentralizados, mediante celebração de convênios, conforme a proposta do governo FH *Mãos à Obra, Brasil*, em suas páginas 116-123.

Por orientação do ministro Paulo Renato Souza, os dois principais órgãos de execução financeira do MEC — o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — começaram a desenvolver em 1995 importantes programas descentralizantes, de apoio ao ensino fundamen-

**Em 1995, o número de municípios atendidos passou de 1.700 a 3.500**

tal, que contam com a participação dos governos estaduais e municipais. Entre os diversos programas, vejamos os quatro que envolvem a maior parte dos recursos — algo em torno de R\$ 1,2 bilhão.

O primeiro programa refere-se ao repasse mais rápido de recursos suplementares para manutenção das escolas públicas de 1º grau, via convênios com secretarias estaduais de Educação e prefeituras. A viabilidade de implantação desse programa só foi possível graças à parceria de governos estaduais e municipais. Para ter acesso a esses recursos a escola deve ter alguma estrutura administrativa, como conselho escolar, caixa escolar, associação de pais e mestres, fundo rotativo, etc.

A título de ilustração, mostramos a seguir os principais resultados ao longo do primeiro ano de governo:

- Foram firmados 2.525 convênios com governos estaduais e prefeituras, beneficiando 3.100 municípios que possuem redes de ensino de 1º grau;
- Os convênios pagos totalizam

R\$ 229 milhões;

■ Estão sendo beneficiadas, diretamente e indiretamente, 144 mil escolas, onde estudam 28,5 milhões de alunos. A meta é beneficiar todas as escolas, onde estudam 30 milhões de alunos e trabalham 1,2 milhão de professores. Para este ano foram liberados R\$ 250 milhões, já tendo sido assinados 5 mil convênios.

O segundo programa refere-se à implantação da TV Escola — canal exclusivo para a educação que permitirá a comunicação permanente com alunos e professores. A instalação desse programa implica apoio financeiro de R\$ 1,5 mil por escola com mais de 100 alunos, destinados à aquisição de um televisor, um videocassete, uma antena parabólica e uma caixa de fitas VHS. Foram investidos em 1995, de forma descentralizada, R\$ 70 milhões para equipar 46.400 escolas onde trabalham 1 milhão de professores e estão matriculados 24,4 milhões de alunos. Ao todo foram firmados 2.119 convênios. Em 1996, serão repassados cerca de R\$ 30 milhões para colocar mais um televisor e mais um vídeo nas escolas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O terceiro programa é o da me-

renda escolar, sob a responsabilidade da FAE, que desde 1992 vem sendo desenvolvido de forma descentralizada e implica maior responsabilidade das prefeituras e da comunidade. Em 1995 ampliou-se de 1.700 para 3.500 o número de municípios atendidos. Estão sendo investidos R\$ 650 milhões por ano.

O quarto programa é o do livro didático. A distribuição foi ampliada para os alunos da 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries. Foi iniciada a descentralização para os governos estaduais e, pela primeira vez, os livros chegaram às escolas no início do ano letivo. Foram 110 milhões de livros distribuídos e gastos R\$ 230 milhões. O programa envolve anualmente mais de R\$ 200 milhões.

Por fim, vale mencionar que todo e qualquer governo estadual ou prefeitura pode participar dos programas mencionados, sem intermediação política — o acesso é aberto a todos, independentemente do partido político ou da região dos responsáveis. A discriminação pertence ao passado.

---

■ Barjas Negri, professor do Instituto de Economia da Unicamp, é secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC).